

## **APRESENTAÇÃO**

Neste 7º Congresso, a Federação Nacional dos Farmacêuticos destaca o tema da valorização profissional. Num mundo profundamente marcado por crises econômicas que têm penalizado os trabalhadores com redução de direitos, o Brasil mantém uma política de desenvolvimento econômico que tem garantido os níveis de emprego e inserção social. Este caminho trilhado pelo Brasil precisa se refletir em melhores condições de trabalho, valorização profissional e ampliação de direitos.

Para os farmacêuticos isso significa conquistar a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução de salário; conquistar um piso salarial nacional para a categoria; ampliar a inserção dos farmacêuticos que atuam nas equipes multidisciplinares de saúde; garantir o espaço de trabalho do farmacêutico que atua nas análises clínicas; ampliar a presença de farmacêuticos em funções de gestão e administração; potencializar a indústria nacional de medicamentos e abrir novos postos de trabalho para a categoria; entre tantos outros espaços nos quais os farmacêuticos podem e devem atuar.

Para tudo isso é preciso fortalecer os sindicatos. E este é um dos principais compromissos da atuação da Fenafar que, nesta gestão, atuou intensamente para atingir este objetivo. Muitas conquistas foram alcançadas, mas ainda há muito por fazer. A união da categoria é indispensável para que a nossa luta seja vitoriosa.

Neste caderno de debates trazemos um subsídio para as discussões do 7º Congresso. Apresentamos uma análise sobre o atual cenário político nacional e internacional, os desafios colocados para o Brasil consolidar e fortalecer o Sistema Único de Saúde, a necessidade de fortalecer o movimento sindical e as lutas da categoria, e um balanço do trabalho desenvolvido por esta gestão.

A partir destas reflexões, esperamos enriquecer o debate e contribuir para que ao final deste processo os farmacêuticos elaborem uma plataforma de lutas para os próximos 3 anos, que nos aproxime de nosso objetivo, fazendo avançar a valorização do profissional farmacêutico.

Um abraço,  
**Célia Chaves**  
Presidente da Fenafar

## **CONJUNTURA**

### **Crise mundial: um reflexo do mundo capitalista?**

Uma das características intrínsecas do sistema capitalista são suas crises periódicas, momentos em que se agudiza a contradição entre a produção social e a apropriação privada. As crises se manifestam ora de forma mais profunda, ora mais branda. No século passado, a maior aconteceu em 1930. Mas, na última década, o sistema capitalista tem enfrentado uma crise estrutural de dimensões até maiores que aquela.

Os alicerces econômicos do capitalismo foram fortemente abalados por uma crise internacional, gestada em 2007, que teve seu epicentro nos Estados Unidos e atingiu países europeus da zona do euro e o Japão, gerando uma onda de recessão, falências e instabilidade.

Em 2008, o endividamento e a falta de liquidez dos grupos privados para saldar compromissos colocaram em xeque e alteraram a dinâmica econômica entre mercado e Estado. Depois de décadas pregando a cartilha neoliberal – na qual o mercado é soberano e passa a assumir a responsabilidade

da prestação de serviços públicos, num processo de esvaziamento do papel do Estado e de sua quase total privatização – os conglomerados privados e o sistema financeiro recorreram aos cofres públicos para sair da crise. Ou seja, para o sistema não desmoronar os Estados nacionais intervieram na economia, injetando bilhões de dólares para salvar os conglomerados econômicos.

Como desdobramento desta estatização da crise de 2008, veio à tona, em 2010, uma crise ainda mais severa e que se estende até hoje, mas desta vez atingindo os Estados nacionais que absorveram os compromissos econômicos dos grupos privados naquele momento. O que nasceu como uma crise do setor privado evoluiu para uma crise pública de grandes dimensões.

Os principais atingidos foram os trabalhadores. O setor privado demitiu em massa para manter um mínimo de rendimento. Além das demissões, houve uma ofensiva contra os direitos trabalhistas e um ataque aos direitos sociais conquistados pelos povos daqueles países ao longo de décadas, resultando num verdadeiro desmonte do que se chamou “Estado de bem-estar social”, que motivou um processo de ascensão da luta política naqueles países.

Manifestações de indignados em várias partes da Europa e nos Estados Unidos denunciaram, em 2011, as políticas de arrocho salarial, redução de direitos trabalhistas e a onda de desemprego que atingiu países como a Espanha, Grécia, Alemanha, França, Portugal e Itália. Sete governos foram derrubados ou derrotados pelas urnas. Nos EUA, homens e mulheres em protesto contra o capitalismo ocuparam Wall Street e outros pontos do país, num movimento que ganhou adeptos em outros países. *Ocuppy* passou de uma manifestação local a uma palavra de ordem mundial. Ocupe!

No 6º Congresso da Fenafar, os debates já apontavam que a crise poderia abalar ainda mais a ordem econômica, financeira e geopolítica mundial hegemonizada pelos EUA. Mas, ao mesmo tempo, poderia servir de estímulo à luta dos trabalhadores, dos povos e das nações que procuram resistir às pressões do imperialismo.

Esse deslocamento político e econômico está se dando ao Sul e Oriente do planeta. Novos polos econômicos despontam com força na Ásia – principalmente China e Índia. Estes dois países, que somam 2 bilhões e meio de habitantes, estão na dianteira do crescimento econômico.

### **Perspectivas e avanços na América Latina e no Brasil**

A América Latina vive um momento de profundas mudanças políticas. Fruto das lutas de resistência ao neoliberalismo e do fortalecimento dos movimentos sociais, o projeto neoliberal vem sendo rejeitado nas urnas e os povos latino-americanos têm experimentado novas alternativas de desenvolvimento.

A integração latino-americana precisa ser ampliada para garantir que as experiências destes países possam ser aprofundadas. O fortalecimento de instrumentos de articulação como o Mercosul e Unasul, Banco do Sul e Comunidade das Nações da América Latina e Caribe é estratégico para exercer um papel relevante na redefinição das instituições multilaterais e nas regras de governança mundial, em especial do sistema financeiro e de comércio.

No rol das iniciativas de integração, vale destacar a criação, em 2010, da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – CELAC. Uma decisão histórica dos chefes de Estado e de governo da região. Este novo mecanismo de concertação política e integração abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe.

Para o Brasil, a CELAC deverá contribuir para a ampliação tanto do diálogo político, quanto dos projetos de cooperação na América Latina e Caribe. O novo mecanismo também facilitará a

conformação de uma identidade própria regional e de posições latino-americanas e caribenhas comuns sobre integração e desenvolvimento.

### **Uma política de desenvolvimento para o Brasil**

A eleição de Dilma Rousseff foi importante para dar continuidade ao projeto político iniciado em 2003, com a eleição de Lula. Em manifesto publicado por ocasião do processo eleitoral, com propostas para o Brasil e entregue para a candidata à presidência, a Fenafar apontava que o desafio da nova presidente era muito maior do que manter o Brasil no rumo do desenvolvimento soberano, com distribuição de renda, redução da miséria e valorização do trabalho. O que estava colocado para o Brasil era o desafio de aprofundar essas mudanças, garantindo a superação de gargalos econômicos e sociais históricos do país.

A Fenafar apontava que o ambiente econômico e social no país era propício para promover transformações mais estruturais, uma vez que o Brasil que Dilma assumiu já estava com as bases para acelerar o desenvolvimento. Cenário muito diferente da situação encontrada por Lula, que era de falência do Estado promovido pelo desmonte neoliberal da era FHC.

Eleita com este compromisso Dilma assumiu o país, mas em menos de três meses de mandato seu governo começou a enfrentar os ataques da oposição conservadora e da mídia golpista.

Com o intuito de frear o ciclo virtuoso vivido pelo país e impedir o avanço de uma agenda positiva, a oposição política dos partidos de direita em aliança com a grande mídia tem promovido uma campanha para desestabilizar o governo, impondo uma agenda negativa de denuncismo, falsamente moralista, que já resultou na queda de seis ministros.

O objetivo dessa investida é immobilizar o governo, golpear seu alicerce político de sustentação, desgastar em última instância a imagem e a liderança da presidente perante o povo e incompatibilizá-la com sua base parlamentar e partidária.

### **Alternativas fortalecem o Brasil**

Mesmo com a investida da mídia, o primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff transcorreu sem maiores solavancos na economia. Isso porque a política de investimento no mercado interno e de diversificação das relações comerciais internacionais com países do eixo Sul-Sul promovidas durante o governo do presidente Lula, diminuíram a dependência econômica do Brasil dos países europeus e dos EUA.

Essas políticas aliadas a medidas de incentivo econômico – na forma de desoneração fiscal de produtos de consumo fabricados no país – foram determinantes para que o Brasil enfrentasse o cenário externo adverso em melhores condições, contribuindo para que a economia brasileira mantivesse um ritmo de crescimento, ainda que menos substancial do que antes. A tal ponto que o Brasil passou a ocupar a posição de 6ª economia mundial, atrás apenas de EUA, China, Japão, Alemanha e França.

Ao lado dessas políticas, no entanto, o governo manteve uma orientação ortodoxa na política macroeconômica, aumentando a taxa de juros da economia e definindo metas elevadas de superávit primário.

### **Projetos sociais e valorização dos salários dinamizam a economia**

Um fator dinâmico para o crescimento econômico e manutenção dos níveis de emprego e renda da

população são os projetos sociais do governo, determinantes para a inclusão e redução das desigualdades regionais e sociais.

Segundo dados do Banco Mundial, em 2003 havia no país 21,7% da população vivendo com até 2US\$ por dia, em 2009 eram 9,9%. A pobreza extrema também caiu, passando de 10% em 2004, para 4% em 2009. Entre 2001 e 2009, o crescimento anual da renda dos 10% mais pobres da população foi de 7%, ao passo que o dos 10% mais ricos foi de 1,7%. Isso ajudou a diminuir a desigualdade de renda (medida pelo índice de Gini) para o menor índice em 50 anos (0,53). Fatores determinantes para isto foram a inflação baixa, o crescimento econômico consistente, programas sociais bem focados e uma política de aumentos reais para o salário mínimo.

A política de valorização do salário mínimo foi iniciada no governo Lula e é fruto de um intenso trabalho de mobilização que envolveu as seis centrais sindicais, resultando na Lei que define as formas de composição do salário.

Segundo dados do Dieese, durante os 8 anos de seu mandato, o reajuste percentual do mínimo foi de 172,5%, passando de R\$ 200,00 (em 2002) para R\$ 545,00 (em 2011 – primeiro ano de Dilma Rousseff). O aumento real neste período foi de 54,25%.

O menor reajuste do período foi em 2011, de 0,37% frente ao salário de 2010, reflexo da crise financeira internacional que impactou negativamente a economia brasileira. Como a política de valorização do salário mínimo é feita com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos anteriores, o reajuste de 2001 foi prejudicado pelo crescimento negativo do PIB em 2009. Já em 2012, o reajuste foi de 14,26%, percentual definido pela correção da inflação mais um aumento real de 7,5%, equivalente ao crescimento do PIB em 2008.

Estima-se que o salário mínimo sirva de referência, direta ou indireta, para a remuneração de 47 milhões de trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, incluindo aposentados.

O desemprego também tem recuado no Brasil, apesar do ritmo ter caído em razão da crise. Em dezembro de 2011, a taxa de desemprego nas maiores metrópoles do país chegou a 4,7%, menor marca mensal desde o início da série da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002. No Brasil ficou em 6%, em 2011, índice melhor do que os países desenvolvidos, equivalentes aos latino americanos e emergentes, exceto China e México. Nos países mais fortemente atingidos pela crise econômica, os índices foram bem piores. Na Espanha foi de 20,7%, Grécia 11,2%, França 9,5% e os Estados Unidos registraram 9,1%.

Outro dado positivo da economia é o alto índice de incorporação de trabalhadores à formalidade. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado foi estimado em 11,1 milhões em outubro de 2011, o que representa um crescimento de 7,4% com relação a 2010.

No entanto, para o Brasil seguir num ritmo de crescimento econômico sustentável é preciso fortalecer o setor produtivo nacional, com medidas que privilegiem a produção e não o mercado financeiro, e aprofundar a política de valorização do trabalho como componente indispensável de um Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Infelizmente, o corte de 55 bilhões de reais no orçamento da União para o ano de 2012 vai na contramão do desenvolvimento e de uma política que tenha como foco a produção e não o rentismo. Os impactos em áreas essenciais como Saúde e Educação são enormes, com contingenciamentos de R\$ 5,4 bilhões e R\$ 1,9 bilhões respectivamente.

Romper com uma orientação ortodoxa na economia e ousar em políticas de investimento na produção, para dinamizar o mercado consumidor interno, é indispensável para o Brasil manter-se fortalecido num cenário de recessão internacional.

## SINDICAL

### O desenvolvimento na agenda do sindicalismo

O desenvolvimento é uma condição indispensável para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Por isso, esta deve ser a principal bandeira do movimento sindical. A luta por um projeto nacional de desenvolvimento pressupõe uma articulação de forças políticas e sociais mais amplas, que inclui o setor produtivo industrial, e é uma agenda fundamental para enfrentar a crise e permitir o crescimento do país.

Num cenário em que o sindicalismo brasileiro está organizado em torno de 6 centrais sindicais – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), UGT, Nova Central – é fundamental uma agenda comum e a unidade para evitar a fragilização da luta dos trabalhadores. Esta já era uma preocupação apontada pelos farmacêuticos durante o 6º Congresso da Fenafar, que defendeu a realização de uma Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – Conclat.

Pouco depois, em junho de 2010, a Fenafar participou da Conclat, que reuniu em São Paulo cerca de 25 mil participantes, representando 5 mil sindicatos de trabalhadores.

Os presentes na Conferência aprovaram a carta *Pelo desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho*. Nela, os sindicalistas reiteraram a necessidade de lutar “por um sistema de promoção e proteção social associado ao trabalho que tenha na organização sindical um agente estratégico. Lutamos para fortalecer a presença e a representação das organizações sindicais, no local de trabalho, para possibilitar a negociação coletiva, no setor privado e público, garantir o direito de greve e a solução ágil dos conflitos; questões fundamentais à conquista de um sistema democrático de relações do trabalho”.

Uma agenda da classe trabalhadora em torno de seis eixos foi aprovada na Conclat: 1) Crescimento com distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; 2) Valorização do trabalho decente com igualdade e inclusão social; 3) Estado como indutor do desenvolvimento socioeconômico e ambiental; 4) Democracia com efetiva participação popular; 5) Soberania e integração internacional; e 6) Direitos Sindicais e Negociação Coletiva.

### Em defesa da unicidade sindical

A unidade política dos trabalhadores em torno de pautas comuns para garantir direitos e valorização do trabalho é indispensável para o avanço do Brasil. Mas ao lado dessa busca, está também na ordem do dia a luta pela unidade organizativa dos trabalhadores, que precisa ser entendida como uma ação coletiva voltada para o mesmo fim, de forma a unir os trabalhadores num sindicato único. Essa unidade é conhecida como unicidade sindical.

Garantida pela Constituição de 1988, a unicidade sindical está ameaçada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369/2005, em tramitação no Congresso Nacional. Se aprovada, esta proposta vai abrir as portas para a fragmentação dos sindicatos.

Esta PEC modificará de uma só vez quatro artigos da Constituição (8º, 11, 37 e 114). Ao alterar o inciso II do Artigo 8º, abrirá, na base de cada categoria, espaço para o surgimento de entidades

paralelas e, em consequência, uma disputa inevitável entre elas. Outro inciso importante para ser preservado é o IV. Diz ele: “a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”. Alterar esse inciso é um verdadeiro golpe contra a sustentação material da maioria dos sindicatos, já que, na prática, acaba com a contribuição sindical compulsória.

A CTB lançou em março de 2012 uma campanha em defesa da unicidade sindical que destaca, entre outros pontos, a tentativa de enfraquecer os sindicatos acabando com a contribuição sindical. Para a Central, “a alternativa da “contribuição de negociação coletiva”, a ser fixada em assembleia, não garante o sustento dos sindicatos, pode abrir uma brecha para a interferência patronal nas finanças dos sindicatos e, contradiatoriamente, também pode onerar o sindicalizado com uma cobrança abusiva. Tais propostas se limitam ao desconto no curso das campanhas salariais. Todos sabem, porém, que a negociação é uma das múltiplas atividades desenvolvidas pelos sindicatos — nem sempre a mais importante nem a mais custosa. Também os recursos financeiros, se vingar o pluralismo, estarão pulverizados entre as várias entidades que se propuserem a representar uma determinada base. Essa “reforma sindical” engessa a organização sindical, colocando as centrais sindicais no topo de uma pirâmide, quebrando a autonomia das entidades de base. Segundo o anteprojeto de lei, as centrais poderão, por exemplo, substituir os sindicatos nas negociações e impor cláusulas que nem sempre podem corresponder aos interesses das entidades de bases”.

A Fenafar sempre defendeu – desde o seu 1º Congresso – a unicidade sindical, por compreender que a existência de diversos sindicatos na base de uma mesma categoria põe em risco a luta dos trabalhadores e pode diminuir a capacidade de resistência e pressão do movimento sindical. Por isso, endossamos a campanha da CTB e vamos continuar atuando pela defesa da unidade do movimento farmacêutico, através do fortalecimento das suas entidades estaduais.

Outra pauta importante do movimento sindical permanece sendo a revisão da Emenda Constitucional 45, de forma a garantir aos sindicatos a certeza do alcance das reivindicações de sua categoria. Cabe aos sindicatos a defesa dos direitos coletivos ou individuais da categoria, conforme previsto no artigo 8º da Constituição Federal, sendo o dissídio coletivo o meio por excelência destinado à defesa desses direitos.

A luta pela ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que coíbe a dispensa imotivada, é uma bandeira fundamental dos sindicatos na proteção dos seus representados. A menos que exista uma causa justificada, a relação de emprego não pode ser finalizada pela simples vontade do empregador. Esse acaba sendo um expediente utilizado para reduzir os custos salariais, desligando profissionais que recebem maiores salários e contratando outros por menores.

Ainda neste período, uma importante conquista para a luta dos trabalhadores brasileiros foi a aprovação, pelo Conselho Nacional de Saúde, da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, voltada para garantir uma atenção integral da saúde do trabalhador e da trabalhadora e a redução da mortalidade provocada por acidentes de trabalho.

## **Valorização do profissional farmacêutico**

Valorizar o trabalho do farmacêutico significa garantir direitos para a categoria que permitem uma prestação de serviços com maior qualidade para a população brasileira. Valorizar também é oferecer ao farmacêutico um ambiente de trabalho que garanta o seu bem-estar, com uma jornada de trabalho condizente com a função exercida e salário digno.

Um profissional valorizado é aquele que não está submetido a condições degradantes de trabalho. O farmacêutico é um profissional de saúde e precisa ser reconhecido como tal. Por isso, entre as principais reivindicações da categoria destacam-se a luta pela redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução de salário, e a conquista de um piso nacional para o farmacêutico.

A redução da jornada de trabalho é uma luta e uma evolução constante na história das relações de trabalho, que serve como indicador do grau de democracia, cidadania, de maturidade nas relações sociais e mesmo do processo de civilização de povos ou nações. É evidente a relação direta entre desenvolvimento humano e econômico, qualidade de vida e cultura democrática com jornadas de trabalho menores. Os países que lideram o ranking de desenvolvimento humano, não por acaso, são os que apresentam menores jornadas.

### **A luta pela redução da jornada de trabalho**

A redução da jornada de trabalho de 44 para 30 horas semanais, sem redução de salário, pode proporcionar mais qualidade de vida para o trabalhador e melhores condições para o seu exercício profissional.

Essas horas não trabalhadas podem ser usadas para o aperfeiçoamento profissional, para o aprimoramento cultural, para o lazer, para prática de atividades físicas na busca de uma vida mais saudável, e para estar mais tempo com a família.

Ao longo da história, os trabalhadores vêm conquistando a redução da jornada, ao passo que se aprofunda a consciência de que o ser humano não pode viver para trabalhar, mas trabalhar para viver. Difundir essa consciência, contribuindo para superar uma visão escravizadora do trabalho, é uma das tarefas intrínsecas do movimento sindical. Por isso, a redução da jornada é um dos principais desafios a ser enfrentado pela categoria e precisa estar no centro da pauta política da Fenafar e dos Sindicatos.

A jornada de 30 horas semanais já foi conquistada por uma série de profissionais de saúde e o farmacêutico, como tal, está em busca deste direito. O instrumento para isso é a aprovação do PLC 113/2005 em tramitação no Senado Federal.

### **Salário digno com piso nacional**

É um direito do trabalhador e da trabalhadora terem a sua atividade profissional remunerada adequadamente, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e que seja capaz de lhe garantir uma vida digna.

Mas, infelizmente, este é um direito ainda em aberto. Para ser plenamente conquistado, é indispensável a unidade dos trabalhadores, fortalecendo seus sindicatos nos estados e construindo uma pauta de reivindicações que contemple as necessidades da categoria farmacêutica.

A busca de uma remuneração justa e adequada às funções profissionais é uma luta histórica dos farmacêuticos brasileiros. Essa luta se traduz na defesa da fixação de um piso salarial nacional, em lei, para garantir o bom desempenho profissional.

A profissão farmacêutica não tem piso estabelecido por lei, mas existe um projeto neste sentido tramitando no Congresso Nacional. Portanto, os sindicatos em cada estado precisam negociar com os sindicatos patronais no sentido de garantir não só um piso salarial, mas também os demais direitos trabalhistas consagrados na Constituição e na CLT. Além disso, conquistar direitos adicionais em função do tipo de atividade realizada. Estes direitos, uma vez assegurados,

possibilitam ao trabalhador exercer de forma digna e adequada sua atividade profissional e prestar um atendimento qualificado à população.

Com a aprovação de um piso salarial nacional, os sindicatos terão mais força para desenvolver as negociações coletivas nos estados, partindo de um patamar mínimo e almejando melhorias e mais conquistas para os farmacêuticos. Outro importante ponto da pauta sindical é buscar garantir dignidade e formas adequadas para a execução das obrigações dos profissionais farmacêuticos nos seus locais de trabalho.

Somam-se a estas duas lutas estruturais da categoria – redução da jornada e piso salarial – a luta para que os profissionais farmacêuticos que assumem a responsabilidade técnica ou gestão das empresas tenham diferenciais econômicos, à luta pela proteção à mulher, contra o assédio moral e sexual e a garantia dos direitos do trabalhador que está por se aposentar.

### **Desafio é abarcar a diversidade**

Um dos desafios que os sindicatos e a Fenafar estão chamados a enfrentar é o de dar respostas para a diversidade que caracteriza, atualmente, a profissão farmacêutica. Hoje os farmacêuticos estão presentes nos mais variados ramos da economia. Apesar da predominância na área da saúde, como profissional assalariado seja no setor público ou privado, há profissionais atuando na indústria de alimentos, na gestão sanitária, em consultorias, muitos são proprietários de estabelecimentos farmacêuticos, alguns trabalham como autônomos, e como prestadores de serviços.

Compreender essa realidade é determinante para orientar as ações que as entidades representativas da categoria devem adotar.

Novos desafios surgem, seja pela recente “reocupação” do mercado pelo profissional, seja pela maior efetividade dos órgãos fiscalizadores e de novas legislações regulamentando setores do mercado farmacêutico, além de um grande número de novos profissionais sendo formados ano a ano.

É preciso dar um tratamento mais adequado para a pauta dos trabalhadores da indústria farmacêutica, aonde há uma grande concentração de profissionais, mas baixo nível de sindicalização. São profissionais mais qualificados, com melhores salários e incentivos pessoais.

Nos laboratórios de análises clínicas há uma forte disputa com outros profissionais e, diferentemente da realidade vista nas indústrias, nos laboratórios os salários são mais baixos e a categoria está fragilizada.

Nos serviços públicos (estaduais e municipais principalmente) está na pauta a luta pela inserção do farmacêutico através de concursos públicos, sua incorporação nas equipes de atenção básica e na Estratégia Saúde da Família. É no setor público que encontramos a maior diferenciação salarial e maior organização sindical.

O movimento sindical é chamado a discutir novas formas de organização para garantir melhores condições de trabalho aos profissionais.

### **SAÚDE**

O Brasil dos últimos três anos viveu momentos de avanços e retrocessos na luta pela consolidação e ampliação do Sistema Único de Saúde (SUS), bandeira que a Fenafar carrega com determinação em todos os seus campos de atuação.

É no esteio da luta em defesa do SUS que a Fenafar coloca a importância da aplicação de uma Política Nacional de Assistência Farmacêutica como parte de uma estratégia para ampliar e qualificar o acesso da população aos medicamentos, visando o seu uso racional, bem como as ações que compreendem a formulação de políticas setoriais de medicamentos, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial e de formação de recursos humanos, garantindo a intersetorialidade inerente ao sistema de saúde do país.

Neste sentido, a luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29 (EC 29), a participação intensiva no processo de construção da 14ª Conferência Nacional de Saúde, na Conferência Nacional de Seguridade Social, nos IV e V Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica e em tantos outros espaços de diálogo sobre um projeto avançado de saúde para o Brasil ocuparam posição central na agenda de ações desenvolvidas pela Fenafar neste período.

A luta contra as patentes pipeline e o acompanhamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade se manteve na pauta política da Federação, que participou de vários eventos sobre o tema ao longo do último período.

### **Recuos no campo do financiamento**

Como já apontado em vários congressos da Fenafar, a consolidação do SUS passa, necessariamente, por uma política de financiamento que permita ao país enfrentar o déficit crônico nos serviços públicos de saúde. Sem isso, a construção do SUS baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde não será efetivado.

E, infelizmente, todo o processo de mobilização da sociedade brasileira, da qual a Fenafar participou ativamente, para que a regulamentação da Emenda Constitucional 29 garantisse mais recursos para o SUS foi frustrado no final de 2011. Não se logrou garantir a destinação de 10% do PIB para a Saúde e não houve acordo para criar receitas que fossem aportadas para o desenvolvimento do SUS.

Para piorar ainda mais este quadro, em fevereiro de 2012 o governo federal impôs corte de R\$ 5,4 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde. O contingenciamento do orçamento neste ano foi promovido, de acordo com as explicações da equipe econômica, para enfrentar o cenário de crise internacional. Contradicoriatamente, mantiveram-se intactos os recursos destinados para o refinanciamento e pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que somam mais de nove vezes o valor destinado para a saúde. Quem ganha é o sistema financeiro, quem perde é a economia nacional e a população mais carente que vê adiada, mais uma vez, a promessa de ver uma melhoria nos serviços de saúde.

Este cenário impõe que a luta por mais recursos para o SUS continue ocupando lugar prioritário na agenda do movimento social brasileiro.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os movimentos sociais têm se manifestado para que o governo federal reverta este quadro negativo para a saúde do Brasil com a participação ativa e presente da Fenafar e dos seus sindicatos. É necessário que se busque garantir os preceitos constitucionais e legais que são resultados de uma luta histórica da sociedade brasileira.

### **Avanços para uma política de medicamentos**

Nos aspectos regulatórios e de orientação política os avanços foram mais promissores. Podemos citar como exemplos a RDC 44/09 da Anvisa, que define as boas práticas farmacêuticas em

farmácias e drogarias, a busca pelo avanço do SNGPC (Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados), o gerenciamento de resíduos de produtos de saúde, a ampliação da obrigatoriedade dos testes de bioequivalência e biodisponibilidade para os medicamentos similares nos moldes do que ocorre com os genéricos, e a abrangência da rede de farmacovigilância.

Neste contexto, a atuação do farmacêutico na área clínica, em farmácias hospitalares, em farmácias de unidades públicas de saúde, em clínicas e serviços médicos especializados, em serviços de farmacovigilância, em instituições de longa permanência, em pronto-socorro e pronto atendimento, em Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e em assistência domiciliar/home care, vem se consolidando como necessária.

### **A cruzada do mercado contra a RDC 44/09**

A RDC 44/09 foi construída a partir de um amplo debate entre a Anvisa e organizações sindicais, de saúde e usuários. A Fenafar e seus sindicatos participaram ativamente desse processo.

Desde a sua publicação, os proprietários de estabelecimentos de farmácia iniciaram uma cruzada política e jurídica contra a aplicação da resolução da Anvisa. De um lado governo e sociedade se mobilizaram para estabelecer regras para dispensação dos medicamentos em estabelecimentos comerciais e de outro os grupos privados se organizaram para impedir a aplicação destas regras.

O segundo semestre de 2009 e parte do ano de 2010 foram marcados por essa disputa, que se iniciou com a obtenção pela Abrafarma de liminar na Justiça contra proibição de venda de produtos de conveniência nos estabelecimentos de farmácia e a exigência de levar todos os medicamentos para trás do balcão. Posteriormente, a liminar foi cassada e as obrigações previstas pela resolução mantidas.

A integração da farmácia ao sistema de saúde é uma luta da Fenafar que está disciplinada no PL 4385/94 (abordado no capítulo balanço da Fenafar), mas que está incorporada, em parte, nos dispositivos previstos na RDC 44/09. Essa integração traz mais responsabilidade para o profissional e para o movimento sindical, que vai ter que exigir condições adequadas de trabalho para o exercício da profissão, permitindo a prestação de um atendimento de qualidade à população.

Outro aspecto desta resolução que tem impacto importante no debate acerca do uso de medicamentos na sociedade é a exigência de que os estabelecimentos passem a notificar, obrigatoriamente, os efeitos adversos e queixas técnicas ligadas ao medicamento.

Além da RDC 44/09, também foram adotadas medidas para combater a automedicação com a publicação das novas regras para venda de antibióticos e o combate ao uso dos anorexígenos.

Para a Fenafar, todas essas medidas estão contribuindo para reforçar a luta para transformar a farmácia num estabelecimento de saúde, onde a população será orientada ao uso racional do medicamento, contribuindo para a resolutividade das ações de saúde e para a redução dos casos de intoxicação.

### **Um sinal a favor da soberania nacional**

As iniciativas no sentido de ampliar o investimento do país na área de produção de medicamentos atende, ainda que modestamente, um reclamo grande dos movimentos sociais que atuam na área da saúde.

Para um país ser coerente com um projeto nacional de desenvolvimento, ampliar a presença na área

de produção de medicamentos é estratégico, uma vez que se trata de um dos maiores monopólios comerciais do mundo.

Objetivando reduzir a dependência da importação de medicamentos, o Ministério da Saúde afirmou no ano passado que iria investir R\$ 1,5 bilhão em pesquisas de novos medicamentos, tratamentos, vacinas e equipamentos. O valor é quase quatro vezes maior do que os investimentos realizados nos últimos quatro anos, cerca de R\$ 400 milhões.

Preocupado com a discussão de uma política para produção nacional de fármacos, o Congresso Nacional criou uma Subcomissão Especial de Desenvolvimento do Complexo Industrial em Saúde, presidida pela deputada Jandira Feghali. A subcomissão apresentou um relatório que analisou a situação do país quanto à capacidade de inovação e produção de fármacos no setor de saúde. O objetivo é auxiliar o Congresso na formulação de políticas públicas que estimulem plantas industriais na geração de produtos nacionais e contribuam para a ampliação do acesso da população às novas tecnologias na área de saúde.

Entre as primeiras sugestões da subcomissão, está a desoneração do ICMS sobre as operações com medicamentos, fármacos e seus intermediários de síntese. A subcomissão também elaborou projetos de lei que propõem modificação de regras de patentes de medicamentos para proteger o interesse social e nacional, combatendo o monopólio.

Outro aspecto importante na política industrial na área de medicamentos tem sido o estabelecimento de parcerias entre o governo brasileiro e suas instituições e outros países. Recentemente foram firmadas parceria na área de produção com Cuba, Angola, e com multinacionais.

### **Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Aprovada em agosto de 2010, a Lei 12.305 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) depois de anos de discussão no Congresso Nacional. Entre os vários aspectos que estão previstos nesta lei, está o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o desenvolvimento sustentável e o controle social.

É no escopo desta lei que está em debate uma política para o descarte de medicamentos. Sob a coordenação do Ministério da Saúde e da Anvisa e com a participação de representantes do movimento social – entre os quais a Fenafar – do setor empresarial e do Poder Público se constituiu, em maio de 2011, um Grupo de Trabalho Temático (GTT) para debater o descarte de medicamentos.

O objetivo do GTT é elaborar proposta de logística reversa de resíduos de medicamentos, dentro dos parâmetros estabelecidos pela PNRS, subsidiando a elaboração do Edital de chamamento para Acordo Setorial, dando embasamento para a tomada de decisões pertinentes ao tema.

A Fenafar tem participado ativamente do GTT e contribuído para difundir a discussão sobre o descarte de medicamentos junto aos sindicatos e aos farmacêuticos. Este foi, inclusive, o tema do painel realizado pela Federação durante o Fórum Social Temático 2012, em Porto Alegre, que contou com a presença de debatedor internacional.

### **14<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde**

A 14<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde (CNS), que teve como tema “Todos usam o SUS: SUS na Seguridade Social, Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”, reuniu cerca de quatro mil pessoas entre delegados e convidados. A etapa nacional foi precedida de etapas estaduais e

municipais que reuniram milhares de pessoas em todo o Brasil. A Fenafar, mais uma vez, teve papel chave na construção da Conferência e uma participação decisiva na sua relatoria.

Em sua plenária final, os 2.937 delegados e 491 convidados, representantes de 4.375 Conferências Municipais e 27 Conferências Estaduais aprovaram resoluções que reafirmam a defesa do SUS universal, integral, equânime, descentralizado e estruturado no controle social. A conferência repudiou toda forma de terceirização e privatização hasteando a bandeira do SUS 100% público. Endossou a luta pela ampliação do financiamento do SUS com destinação de 10% da receita bruta do governo para a Saúde.

A Fenafar colocou como prioridade a preparação dos farmacêuticos para intervir positivamente nas discussões da 14<sup>a</sup> CNS e realizou cinco Encontros Regionais de Farmacêuticos em parceria com a Escola Nacional de Farmacêuticos. Os encontros reuniram centenas de profissionais e estudantes de farmácia.

Os farmacêuticos brasileiros foram a única categoria profissional que, com base na pauta proposta para a 14<sup>a</sup> CNS, realizou atividades preparatórias aos debates da conferência. Essa iniciativa da Escola Nacional dos Farmacêuticos com apoio da Fenafar se revestiu em um patrimônio político inestimável, pois gerou reconhecimento por parte do próprio governo sobre as demandas e reivindicações da categoria farmacêutica. A realização destes encontros reitera o compromisso da Fenafar e de seus sindicatos com a construção de uma ação política com foco na defesa da saúde, da assistência farmacêutica e da valorização profissional.

Entre as propostas aprovadas no relatório final da 14<sup>a</sup> CNS, algumas vieram da contribuição da Fenafar a partir do que foi debatido nos Encontros, com destaque para a inserção do programa de Assistência Farmacêutica e acompanhamento farmacoterapêutico no SUS; ampliação do orçamento para a Assistência Farmacêutica com inclusão de práticas integrativas; inclusão do farmacêutico na equipe mínima da Estratégia de Saúde da Família.

Durante a 14<sup>a</sup> CNS algumas lacunas importantes foram apontadas como prioridades a serem preenchidas para aprimorar o sistema de saúde, como a implantação de uma rede de saúde integral da mulher, uma rede de cuidados para as pessoas com deficiência e outra para os serviços de cuidados voltados para a saúde mental, crack e outras drogas.

## **Balanço da gestão 2009-2012**

Nestes três anos, a Fenafar pautou sua atuação pela luta em defesa da saúde pública – que tem se materializado na defesa do Sistema Único de Saúde – e pela valorização do farmacêutico, resgatando o seu papel social como profissional de saúde. Atuou intensamente na luta política mais geral pelos direitos dos trabalhadores e por uma política nacional de desenvolvimento para o país.

Realizou, como em outras gestões, um Seminário de Planejamento Estratégico para transformar as resoluções do 6º Congresso em ações, a partir das quais se delinearam as prioridades da diretoria.

A partir das diretrizes aprovadas no 6º Congresso e do planejamento realizado, a diretoria da Fenafar se dedicou, prioritariamente, ao acompanhamento do PL 4385/94 (Câmara dos Deputados) que transforma a farmácia a um estabelecimento de saúde; PLC 113/2005 (Senado Federal), que reduz a jornada de trabalho dos farmacêuticos para 30 horas semanais; PL 5359/2009 (Câmara dos Deputados), que busca a garantia de um piso fixado em lei para a categoria farmacêutica. A luta pela regulamentação da EC 29 e as questões envolvendo a inserção do farmacêutico nos serviços de atenção básica também figuraram entre as prioridades da Federação. A gestão realizou diversas audiências em Brasília com parlamentares, Ministros e com representantes de vários ministérios e

da Anvisa para debater os temas acima e outros de interesse da categoria.

O respeito às instâncias de discussão democrática da entidade e à transparência das decisões permanece sendo uma marca da Fenafar, nos debates realizados nas reuniões da diretoria executiva e do Conselho de Representantes. Ainda no campo organizativo, o foco de atuação da Federação foi o fortalecimento dos sindicatos e dos instrumentos de formação e comunicação da entidade.

Em 2009, a diretoria da Federação desenvolveu uma campanha para divulgar o aniversário de 35 anos da Fenafar. No 6º Congresso uma exposição em forma de painéis contando a história da Fenafar foi apresentada e depois levada para outros estados. No final daquele ano, um jantar em São Paulo finalizou as comemorações.

### **Farmácia Estabelecimento de Saúde**

A diretoria da Fenafar deu continuidade à campanha Farmácia Estabelecimento de Saúde, reiterando a compreensão de que a dispensação de medicamentos é uma atividade de interesse social.

A intensificação da luta pela aprovação do substitutivo ao PL 4385/94 foi central para a Federação, por compreender que esta lei poderá contribuir ainda mais para elevar o papel do farmacêutico, inserir devidamente a farmácia e o medicamento como questões de saúde, tendo como foco a acessibilidade e o uso racional do medicamento.

Ações para colocar na pauta da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4385/1994 foram amplamente desenvolvidas, com mobilizações em Brasília, diálogo intensivo com congressistas e representantes do governo para sensibilizar os poderes Executivo e Legislativo sobre a importância deste projeto para a sociedade brasileira.

Duas atividades foram realizadas com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica por iniciativa da Fenafar, uma em abril de 2010 e outra em março de 2011.

A atuação junto à Frente foi muito importante para intensificar a agenda da Fenafar junto aos deputados e nas articulações para tentar colocar na pauta o PL 4385/94. Em dois momentos o projeto chegou a ser incluído, pelo colégio de líderes, na lista dos projetos a serem votados, no final de 2009 e em março de 2010.

Uma grande mobilização com a participação de mais de 60 entidades e cerca de 2 mil pessoas foi promovida pela Fenafar em 12 de maio de 2010 para pressionar o Congresso a votar o PL 4385/94. Nesta ocasião, a Fenafar foi recebida pelo então ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Em consonância a estas frentes, a Fenafar tem desenvolvido amplas ações pelo uso racional de medicamentos e pela proibição da propaganda de medicamentos. Participou do III Congresso do Uso Racional de Medicamentos em 2009 e do Seminário Multiprofissional para o Uso Racional do Medicamento, em 2011.

### **Vigília permanente pelas 30 horas**

A Fenafar promoveu várias mobilizações da categoria para pressionar os senadores, várias audiências foram realizadas no Senado para que a apreciação do projeto fosse garantida. Mas o mais importante foram as iniciativas da Fenafar para que o projeto fosse reapresentado na nova legislatura.

Isso porque, pelo regimento interno do Senado Federal, o PLC 113/2005 foi arquivado no final da legislatura anterior. Mas, com a mobilização da Fenafar e apoio de alguns senadores o projeto voltou a tramitar.

A Fenafar tem mantido presença constante no Senado Federal, distribuindo aos senadores materiais mostrando que a redução de jornada não é apenas um ganho para os profissionais farmacêuticos, mas para toda a sociedade.

### **Mais formação e reflexão para o farmacêutico**

Promover a reflexão, a formação crítica, a luta em defesa da categoria, o fortalecimento das ações sindicais – para garantir o direito dos farmacêuticos – e a luta em defesa do SUS são compromissos que a Fenafar reafirma cotidianamente.

Para contribuir com todo esse leque de questões, a Fenafar tem realizado seminários, simpósios e muitos debates. As edições dos Simpósios de Assistência Farmacêutica, realizados em parceria com a Escola Nacional, já se afirmam como referência no debate destes temas.

A estruturação da Escola Nacional dos Farmacêuticos tem sido um fator de dinamização das ações no campo da formação.

Além dos aspectos relacionados à formação sindical, a Fenafar tem intensa atuação na área da formação educacional dos farmacêuticos, estreitando as relações com os estudantes. Participou das edições do Enef e também esteve presente na VII Conferência Pan-Americana de Educação Farmacêutica.

Participou, também, do IV Fórum Nacional de Educação Farmacêutica da ABENFAR que aconteceu na Universidade Federal de Minas Gerais em outubro de 2011, com o tema: “Formar para Transformar”.

### **Sou Mulher, Sou Farmacêutica, Tenho Direitos!**

Na trajetória da Fenafar, várias campanhas foram desenvolvidas com foco nas questões da Mulher. Campanhas pelo fim da violência e pela participação da mulher na política marcaram a história da Federação.

Seguindo esta tradição, a diretoria da Fenafar lançou em maio de 2010 a campanha “Sou Mulher, Sou Farmacêutica, Tenho Direitos！”, com o objetivo de conscientizar a categoria e a sociedade sobre os direitos das mulheres, denunciar abusos e contribuir para a melhoria dos indicadores de trabalho nos espaços hoje ocupados pelas mulheres.

Um dos fatores que motivou a campanha é o fato de a categoria farmacêutica ser composta em sua maioria por mulheres, respondendo por 70% dos profissionais em atuação. Porém, mesmo com o predomínio feminino, o mercado ainda diferencia salarialmente homens e mulheres que ocupam o mesmo cargo. São exigidas, muitas vezes, nas seleções que as farmacêuticas tenham boa aparência, o que é explicitamente uma postura discriminatória. As mulheres enfrentam mais dificuldades de ascensão profissional em cargos de poder, ainda lhes são negados direitos como o da amamentação, entre outros absurdos que expõem as profissionais a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho.

A campanha rapidamente contou com a adesão dos sindicatos e foi bem acolhida pela categoria,

mostrando a pertinência para a abordagem deste tema pela Fenafar. Atividades de lançamento da campanha foram realizadas em vários estados e uma cartilha com orientação sobre os direitos das mulheres trabalhadoras foi produzida e amplamente distribuída.

## **Participação internacional**

Em consonância com a política de fortalecimento dos laços de solidariedade internacional entre os trabalhadores, a Fenafar participou do II e III Encontro Sindical Nostra América, da Cúpula dos Povos na América Latina e Caribe e do Congresso da Federação Sindical Mundial, na Grécia.

A Fenafar participou de todas as edições do Fórum Social Mundial. No FSM de Dakar-Senegal, organizou a mesa Acesso de Medicamentos através dos Sistemas Públicos de Saúde. Em 2010, promoveu na edição gaúcha o debate Patentes e Transnacionais x Soberania “Brinquedos não Salvam Vidas” e, no FST 2012 realizou a atividade “O que fazer com os resíduos químicos do mundo”, sobre o descarte de medicamentos.

## **Participação Institucional**

A Federação Nacional dos Farmacêuticos teve participação ativa nos mais variados eventos e fóruns institucionais que têm como foco o debate da saúde, do trabalho e das questões específicas da Assistência Farmacêutica, com destaque para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental e I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.

Também figuraram entre estes eventos, iniciativas da Fenafar em parceria com a Escola Nacional dos Farmacêuticos que realizaram o III e IV Simpósio Nacional de Assistência Farmacêutica, evento que já se consolidou no calendário dos farmacêuticos brasileiros como espaço de diálogo e elaboração de políticas para este setor. Outro importante momento de debate entre a categoria foram os Encontros Regionais de Farmacêuticos preparatórios para a 14ª Conferência Nacional de Saúde.

Um dos espaços institucionais mais relevantes para o debate das políticas de saúde, o Conselho Nacional de Saúde – CNS, conta com a presença ativa da Fenafar que atualmente ocupa a suplência da representação do segmento dos trabalhadores em saúde ao lado de outras entidades. No CNS, a Fenafar participa das comissões de Assistência Farmacêutica, Vigilância Sanitária e Farmacovigilância, Ciência e Tecnologia e Orçamento e Finanças. Através da atuação no CNS, a Fenafar também se organiza no Fentas – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde.

A Fenafar compõe três câmaras setoriais da ANVISA: a de Propaganda, a de Medicamentos e a de Cosméticos. E participa, ainda, da Comissão de Implantação e Acompanhamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados – SNGPC e do Grupo de Trabalho de Descarte de Medicamentos / Resíduos Sólidos – Anvisa/MMA.

Participa da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, do Comitê de Desprecarização do Trabalho da MNNP-SUS, do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde, no Grupo de Organização Política do Setor Saúde.

Junto ao Ministério da Saúde participa do Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos – DAF/SCTIE/MS e do GT de Farmácia Hospitalar – DAF/SCTIE/MS.

A Fenafar é membro do Grupo Temático de Propriedade Intelectual da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip.

## **Sindicalismo forte e ativo**

Para impulsionar a luta pela valorização do profissional farmacêutico o movimento sindical precisa estar forte e ativo, lutando pela melhoria das condições de trabalho de cada categoria e articulando essa luta com as bandeiras gerais de crescimento econômico, redução das desigualdades e erradicação da miséria.

Os farmacêuticos têm atuado em consonância com esses objetivos. Nos estados, os sindicatos têm se fortalecido e alcançado conquistas importantes para a categoria. Acordos coletivos de trabalho foram firmados em estados aonde a negociação com o setor patronal historicamente era desfavorável aos trabalhadores.

Em todos os estados nos quais os sindicatos são filiados à Fenafar houve boas negociações em razão da adesão e mobilização da categoria, que realizou assembleias representativas e aprovou pautas de reivindicações que foram encampadas pela diretoria das entidades.

O desafio do movimento sindical dos farmacêuticos é manter essa mobilização e ampliá-la, trazendo mais trabalhadores para o debate político em torno dos problemas enfrentados pela categoria nas suas mais variadas áreas de atuação.

Intensificar o debate entre os trabalhadores que atuam na indústria, nas análises clínicas, nos hospitais, nos programas e serviços públicos de saúde, nas farmácias e em outras frentes é fundamental para compreender os problemas enfrentados no dia a dia da profissão e, com isso, incorporar bandeiras específicas na pauta sindical de reivindicações.

## **Protagonismo na CNTU**

A filiação da Fenafar à Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), no primeiro semestre de 2009, mostrou-se uma decisão correta da Federação. Desde então, inúmeras iniciativas da diretoria da CNTU – da qual a Fenafar participa ocupando atualmente a vice-presidência e uma diretoria financeira, além de uma suplência – foram desenvolvidas com o tema da saúde, segurança social e cultura. Seminários regionais e nacionais aconteceram para debater os rumos do Brasil, que contou com a presença da Fenafar e seus sindicatos, contribuindo efetivamente nos processos de discussão e aprovação das cartas da CNTU.

A CNTU dedicou esforço significativo para reunir suas lideranças para um conjunto de reflexões, debates e proposições sobre o desenvolvimento e a democracia brasileira em eventos que aconteceram em três regiões do Brasil (SP, ES, RS e GO). O objetivo da CNTU foi ampliar a compreensão do atual momento brasileiro e projetar suas ações em torno das lutas mais amplas. São batalhas destinadas à defesa dos interesses profissionais das categorias que congregam a confederação, mas também às batalhas em prol dos interesses da maioria do povo brasileiro.

A CNTU optou por debater e se posicionar a respeito dos grandes temas brasileiros: educação, emprego, qualidade do serviço público, aposentadoria, infraestrutura econômica, social e urbana, energia, saneamento, grandes cidades e mudanças climáticas, conhecimento, C,T&I e desenvolvimento sustentável, comunicação e cultura. Temas esses também de forte impacto na vida da classe média e nas condições de reprodução dos seus padrões históricos de vida.

## **Formação e Comunicação Sindical**

Um instrumento fundamental para fortalecer a atuação dos sindicatos é a formação sindical. Investir em cursos que abordem temas variados, que vão desde capacitação nas áreas jurídicas e trabalhistas,

formação política, e voltados a temas específicos como a questão da mulher no mercado de trabalho e na atuação sindical, debates sobre políticas de saúde e assistência farmacêutica devem ser encarados como prioridade pela Fenafar e pelos sindicatos.

Aliado a isso, é tarefa de primeira ordem aprimorar a comunicação dos sindicatos com a categoria. Um traço marcante da sociedade atual é a rapidez na circulação da informação provocada pelas novas tecnologias da comunicação. A internet integrou o mundo de tal maneira e com tal velocidade que é impossível aos sindicatos não atuar também na rede mundial de computadores.

Manter um site atualizado com informações de interesse da categoria, para divulgar a atividade sindical e influenciar no debate político das questões centrais da sociedade é uma tarefa urgente. Principalmente num momento em que a grande mídia tradicional atua como partido de oposição às políticas que visam colocar o país no rumo do desenvolvimento nacional com soberania, em que os veículos de comunicação de massa, TV e Rádio, não têm nenhum compromisso com a agenda dos trabalhadores e com a promoção de valores positivos na sociedade. Dois exemplos que podemos lembrar e que tiveram relação direta com a profissão farmacêutica foi a série do programa dominical da Globo, Fantástico, sobre os Fitoterápicos e mais recentemente o episódio do programa A Grande Família da mesma emissora que tratou de forma desrespeitosa o profissional farmacêutico.

Também é preciso ter presença nas redes sociais, uma forma importante de mobilização social e de interatividade com a categoria.

## **PROPOSTAS**

### **Soberania e Desenvolvimento**

1. Apoiar as políticas de fortalecimento da soberania nacional dos países latino-americanos;
2. Apoiar políticas de integração e fortalecimento da América Latina, do Mercosul e em defesa da autodeterminação dos povos.
3. Participar ativamente dos Fóruns e do Movimento Sindical Internacional com objetivo de unificar a luta pelo desenvolvimento sustentável e com valorização do trabalho, como, por exemplo, a Nostra América;
4. Lutar e ser solidários a luta pelo fim do bloqueio econômico a Cuba. Aprovar uma nota ou repúdio sobre os 5 (cinco) cubanos presos injustamente nos EUA
5. Lutar contra as bases militares dos EUA instaladas na América Latina e em todos os outros países que afrontam a soberania dos mesmos;
6. Lutar pela Paz
7. Lutar e defender uma Política Macroeconômica que reduza os juros e que priorize o desenvolvimento nacional;
8. Defender o crescimento do setor produtivo nacional, visando à geração de empregos.
9. Apoiar o fortalecimento do comércio de medicamentos no Mercosul.
10. Defender uma política de democratização dos meios de comunicação (rádio e tv), rompendo com a hegemonia de grupos econômicos e que garanta acesso aos movimentos sociais e respeito aos direitos humanos.
11. Defender a continuidade na ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais e em programas de geração de emprego e renda.
12. Defender o fortalecimento da saúde e valorização do trabalho como meios para o crescimento interno do país.
13. Exigir a reforma agrária como luta pelo fortalecimento da pequena agroindústria familiar.
14. Reivindicar uma política de emprego que garanta o pleno emprego de forma que os trabalhadores mantenham seus postos de trabalho, redução no índice do desemprego, incentivo ao 1º. Emprego.

15. Que a geração de empregos seja acompanhada de políticas públicas voltadas à garantia de salários e condições dignas de trabalho, com ampliação dos direitos dos trabalhadores.
16. Exigir a manutenção de uma política salarial de reajustes automáticos e de verdadeira recuperação do poder de compra do Salário Mínimo.
17. Defender a Amazônia como território brasileiro e lutar na defesa incondicional dos recursos naturais do país.
18. Participar ativamente nas eleições de 2012 e 2014.

### **Sindicalismo forte e atuante**

1. Lutar contra as emendas à Constituição que violem direitos trabalhistas.
2. Lutar para que o Brasil ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na qual os trabalhadores têm liberdade de decidir sobre suas organizações e estabilidade no emprego, ou seja, não deve ser o Estado que define quem o representa e sim os próprios trabalhadores.
3. Defender a Convenção 158 da OIT pela garantia contra a dispensa imotivada;
4. Apoiar e lutar pela implementação da Convenção 151 da OIT;
5. Apoiar campanhas que defendam a unicidade sindical e a permanência da cobrança da arrecadação sindical como fortalecimento do sistema confederativo sindical.
6. Intensificar a campanha nacional pelas 30 horas, com ampliação da ação dos sindicatos e dos farmacêuticos na sua defesa.
7. Continuar a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários a todos os trabalhadores, devendo articular-se com outras entidades sindicais e parlamentares para conseguir este objetivo.
8. Intensificar a ação da Fenafar e dos sindicatos nas mesas de negociação do SUS (nacional, estaduais e municipais) e na defesa do estabelecimento de planos de carreira e salários que atendam aos interesses dos profissionais farmacêuticos como trabalhadores de saúde.
9. Posicionar-se contra toda e qualquer forma de precarização do trabalho e denunciar ao Ministério Público a não contratação de servidores através de concurso público e a contratação dos serviços terceirizados e todo tipo de contratação temporária. Lutar para aprovar o Projeto de Lei das Centrais Sindicais se contrapondo ao Projeto Sandro Mabel (já aprovado em algumas comissões). Exigir do Ministério Público o cumprimento da Lei, através de concursos públicos com salários e jornadas de trabalho dignas. Com planos de carreira para cargos e salários com regimes estatutários.
10. Combater a precarização do vínculo trabalhista e das relações empregador e empregado, a fim de evitar a fragilidade dessas relações no setor privado.
11. Combater a desigualdade étnico-racial e de gênero no que diz respeito ao acesso ao emprego, aos salários e às condições de trabalho.
12. Viabilizar e apoiar projetos, ações e mobilizações que visem a consolidação e fortalecimento da categoria farmacêutica.
13. Ampliar as ações voltadas à organização sindical da categoria farmacêutica.
14. Mobilizar, fortalecer e apoiar entidades e grupos que tenham interesse na integração dos sindicatos estaduais à FENAFAR, visando o crescimento e valorização da profissão.
15. Realizar campanhas para estimular a filiação sindical.
16. Estimular a organização da diretoria de educação no âmbito dos sindicatos.
17. Realizar curso de formação política, sindical e saúde para trabalhadores e diretores sindicais.
18. Ampliar as ações de divulgação, informação e debate com o conjunto da categoria, utilizando os instrumentos e as ferramentas de comunicação possíveis e em ação conjunta com os sindicatos, tendo como objetivos a aglutinação dos farmacêuticos e o consequente fortalecimento das entidades sindicais na defesa dos interesses da categoria e do conjunto dos trabalhadores.
19. Reafirmar a importância de que a FENAFAR e os sindicatos aproximem-se das universidades, na perspectiva de gerar interfaces positivas e a ampliação do debate político sobre as questões de interesse da categoria e dos trabalhadores com o conjunto dos docentes e estudantes de farmácia, por meio de suas respectivas entidades representativas e com respeito às suas respectivas

autonomias.

20. Realizar campanhas sobre o papel do profissional farmacêutico para a sociedade.

21. Fortalecer e contribuir na organização, bem como, instrumentalizar os sindicatos para as negociações coletivas e campanhas salariais.

### **Saúde, SUS e Assistência Farmacêutica.**

1. Lutar pela aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei 4385/94 que dispõe sobre a Farmácia como Estabelecimento de Saúde.

2. Lutar pela concretização da assistência farmacêutica como parte do eixo fundamental das políticas públicas de saúde, proporcionando aos usuários um atendimento integral de qualidade, garantido pelo artigo 6º da Lei 8080, sendo assim uma prática executiva e não apenas como suporte à atenção à saúde e nem de mera dispensação e disponibilização de medicamentos.

3. Lutar pela integralidade e interdisciplinaridade na assistência farmacêutica, entendendo que a integralidade compreende a inserção do farmacêutico, como profissional da saúde, desde a atenção básica (gestão, ESF, NASF, Farmácia Básica); e a interdisciplinaridade inclui a atuação com os demais profissionais de saúde e gestores na promoção da saúde, acesso humanizado e uso racional de medicamentos;

4. Lutar pela inserção da assistência farmacêutica (AF) nas políticas de atenção à saúde, com ações que envolvem todo o ciclo de AF, bem como todos os ciclos de vida do paciente, garantindo o atendimento humanizado e a qualidade e equidade de acesso aos medicamentos essenciais, vigilância em saúde e também a prevenção da doença e promoção da saúde por meio de campanhas educativas e integração com a comunidade e também como apoio do diagnóstico nos exames laboratoriais, através de ferramentas para o desenvolvimento deste trabalho;

5. Lutar pelo reconhecimento dos estabelecimentos farmacêuticos das unidades de saúde como farmácia, contando com a presença integral do profissional farmacêutico e criando incentivos para a estruturação física e organizacional dos serviços de assistência farmacêutica;

6. Desenvolver, divulgar e discutir pesquisas que possam contribuir com o aprimoramento da gestão do trabalho e da educação na assistência farmacêutica através da articulação entre universidades, vigilâncias, conselhos de saúde e demais segmentos;

7. Trabalhar campanhas educacionais para a população, através da mídia, como forma de esclarecer os sobre seus direitos e o uso correto dos medicamentos;

8. Estimular debates e oficinas nos cursos de farmácia para formar profissionais capazes de atuar em conformidade com as Políticas de Saúde, compreendendo e dominando os aspectos técnicos e humanísticos do uso de medicamentos e da atenção à saúde, e incentivando os profissionais se capacitarem por meio de cursos de especialização;

9. Lutar para garantir ações de educação permanente e continuada para os profissionais em todos os âmbitos da assistência farmacêutica, contextualizada nos cenários das realidades regional e local, e incluindo as relacionadas com as políticas de práticas integrativas e complementares.

10. Lutar para que sejam criadas estratégias de incentivo a qualificação docente para o ensino da assistência farmacêutica voltadas para os serviços de saúde.

11. Lutar para que sejam formados professores, que atuam na graduação, com foco no SUS, na assistência farmacêutica e nas relações interpessoais.

12. Buscar o reconhecimento, pelos conselhos profissionais, das residências com formação em saúde da família e comunidade.

13. Lutar para que os planos de saúde contemplem os serviços e cuidados farmacêuticos e inclusão destes no SIA-SUS, com metas e indicadores bem definidos, e constando como política intersetorial com aspecto, ações, orçamento e financiamento que permeie a gestão (estruturação de serviços e recursos humanos), custeio de serviços, de insumos e medicamentos.

14. Em defesa do SUS, lutar pela ampliação do acesso com qualidade e racionalidade.

15. Lutar pela Implementação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (SNVS).

16. Pleitear ao Conselho Nacional de Saúde a realização da Conferência Nacional de Vigilância em Saúde.

17. Lutar pela integração da vigilância em saúde com a assistência farmacêutica como condição para a garantia da integralidade da atenção.
18. Lutar pelo cumprimento da Lei 6259/75, que dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, e estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências.